



CECM DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPIRA - CREDITA

Praça Bernardino de Campos, box 09, Centro - Itapira/SP

site: www.coopcredita.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras do exercício de **2022** da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 30/05/2022 a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita completou 25 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de crédito consignado com seguro prestamista sem ônus adicional.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2022, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita obteve um resultado de R\$ 201.729.

3. Ativos

As disponibilidades em conta corrente somam R\$ 201.406 e o saldo aplicado em títulos e valores mobiliários somam R\$ 1.363.746. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 11.263.193.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Crédito Consignado	R\$ 11.263.193	100%
--------------------	----------------	------

Os 10 Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 6,23% da carteira, no montante de R\$ 701.511.

4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita em 31/12/2022 era de R\$ 12.411.093. O quadro de associados era composto por 1.832 cooperados, havendo um acréscimo de aproximadamente 6,88% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais para análises de contrato acima de 50 mil e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,83% nos níveis de "A" a "C".

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe à Diretoria Executiva as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pela Diretoria Executiva e, por sua vez, a empresa Conaud Auditores Independentes S/S que faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota a Política de Empréstimos e Recuperação de Créditos, aprovada, como as outras políticas, pela Diretoria Executiva, analisada pelas auditorias e homologado pelo Banco Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos, entre os quais destacamos o Regimento da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal, O Regimento da Assembleia, Regimento dos Associados e o Regulamento Eleitoral da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter um acordo individual de trabalho firmado entre a Instituição e o colaborador que contempla a remuneração adequada e benefícios concedidos a seus funcionários. A Cooperativa tem também uma estrutura organizacional definida, que contempla a separação de funções de seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito a cada 02 (dois) anos na AGO, com mandato até a **AGO de 2024**, o Conselho Fiscal tem função complementar à da Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de Ética e Conduta

Todos os integrantes da equipe da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita aderiram em 2021 ao código por meio de termo de compromisso de adesão. Todos os novos colaboradores, Diretores Executivos e Conselheiros fiscais ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

9. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria composto por sistema tecnológico específico com atendimento via DDG 0800, aplicativo e sítio na internet integrado com o sistema informatizado tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. Desde julho de 2019 a Cooperativa compartilha do sistema de Ouvidoria da FNCC - Federação Nacional das Cooperativas de Crédito, da qual é federada.

No exercício de 2022 não foram registradas manifestações no canal de Ouvidoria da Cooperativa.

10. Gerenciamento Contínuo de Riscos

A gestão de riscos da Cooperativa é realizada pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, sendo acompanhado pela Diretoria Executiva, abrangendo os riscos de crédito, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e gerenciamento de capital. As políticas, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos aprovadas pela Diretoria Executiva são compatíveis com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcionais à dimensão da exposição aos riscos da Instituição.

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação no exercício de suas funções.

Itapira/SP, 29 de março de 2023.

Diretoria Executiva

Nicodemus de Arimatéia Pereira
Diretor Presidente

Luciano Donisete Couto
Diretor Administrativo

Raquel Cássia de Campos Cardoso
Diretora Operacional

**CECM DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPIRA - CREDITA**

Praça Bernardino de Campos, box 09, Centro - Itapira/SP

site: www.coopcredita.com.br**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022**

(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita**CNPJ nº 02.115.870/0001-31**

ATIVO		31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO		31/12/2022	31/12/2021
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		201.406	79.750	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		12.943.969	11.574.343
Disponibilidade	(NOTA 04)	201.406	79.750	Depósitos à Vista		0	0
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.762.540	11.496.272	Depósitos Sob Aviso		0	0
Títulos e Valores Mobiliários e IFD	(NOTA 04)	1.363.746	1.700.920	Depósitos a Prazo		0	0
Operações de Crédito	(NOTA 05-C)	11.263.193	9.671.727			0	0
Outros Créditos	(NOTA 06)	135.601	123.625	Provisões	(NOTA 10)	85.761	64.655
				Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(NOTA 09)	21.378	18.473
PROV P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC RISCO DE CRÉDITO		(79.979)	(74.368)	Outros Passivos	(NOTA 08)	406.789	455.473
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(79.979)	(74.368)				
PERMANENTE		60.002	72.689	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.430.041	11.035.742
Investimentos	(NOTA 07-A)	22.233	20.924	Capital Social	(NOTA 12A)	11.690.272	10.184.628
Imobilizado de Uso	(NOTA 07-B)	62.086	60.836	Reservas de Lucros		538.040	512.824
Intangível	(NOTA 07-B)	41.456	41.456	Sobra ou Perdas de Exercício		201.729	338.290
Depreciação/Amortização Acumulada	(NOTA 07-B)	(65.773)	(50.527)				
TOTAL DO ATIVO		12.943.969	11.574.343	TOTAL DO PASSIVO		12.943.969	11.574.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



CECM DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPIRA - CREDITA

Praça Bernardino de Campos, box 09, Centro - Itapira/SP

site: www.coopcredita.com.br

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita
CNPJ nº 02.115.870/0001-31

	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.862.842	1.592.980
Operações de Crédito	1.715.015	1.540.555
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	147.827	52.425
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(18.121)	(9.930)
Operações de Captação no Mercado	-	-
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.121)	(9.930)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.844.721	1.583.050
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(833.363)	(700.915)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	-	-
Rendas de Tarifas Bancárias	-	-
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(478.233)	(405.640)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(341.230)	(303.152)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(124)	(96)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	-	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	7.397	23.901
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(21.173)	(15.928)
RESULTADO OPERACIONAL	1.011.358	882.135
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	-
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.011.358	882.135
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	(42.031)	(37.171)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL E DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	969.327	844.964
JUROS AO CAPITAL	(717.166)	(422.102)
F A T E S	(25.216)	(42.286)
Reserva Legal	(25.216)	(42.286)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	201.729	338.290
DSP	1.728.524	1.304.237
DMPL	969.327	844.964
JUROS AO CAPITAL	(717.166)	(422.102)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



CECM DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPIRA - CREDITA

Praça Bernardino de Campos, box 09, Centro - Itapira/SP

site: www.coopcredita.com.br

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita

CNPJ nº 02.115.870/0001-31

DRA	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Sobras/Perdas Líquidas		252.161	422.862
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		252.161	422.862

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CECM DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPIRA - CREDITA
Praça Bernardino de Campos, box 09, Centro - Itapira/SP
site: www.coopcredita.com.br

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita
CNPJ nº 02.115.870/0001-31

	Capital Subscrito	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2020	9.266.412	470.538	523.644	10.260.594
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Ao FATES			(261.822)	(261.822)
Constituição de Reservas			-	-
Em Conta Corrente do Associado				-
Ao Capital	250.585		(250.585)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados			(11.237)	(11.237)
Integralização/Subscrição de capital	1.247.203			1.247.203
(-) Devolução de Capital	(993.601)			(993.601)
Estorno de Capital				-
Reversões de reservas			-	-
IRRF sobre Juros ao Capital	-			-
Sobras ou Perdas Líquidas			844.964	844.964
Juros ao capital	414.029		(422.102)	(8.073)
Destinação das Sobras ou Perdas:				-
. Fundo de Reserva		42.286	(42.286)	-
. F A T E S - Ato Cooperativo			(42.286)	(42.286)
Saldos em 31/12/2021	10.184.628	512.824	338.290	11.035.742
MUTAÇÕES DO PERÍODO	918.216	42.286	(185.354)	775.148
Ajustes de Exercícios Anteriores				-
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Ao FATES			(200.000)	(200.000)
Constituição de Reservas			-	-
Em Conta Corrente do Associado				-
Ao Capital	131.430		(131.430)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados			(6.860)	(6.860)
Integralização/Subscrição de capital	1.397.197			1.397.197
(-) Devolução de Capital	(722.228)			(722.228)
Estorno de Capital				-
Reversões de reservas			-	-
IRRF sobre Juros ao Capital	-			-
Sobras ou Perdas Líquidas			969.327	969.327
Juros ao capital	699.245		(717.166)	(17.921)
Destinação das Sobras ou Perdas:				-
Fundo de Reserva		25.216	(25.216)	-
F A T E S - Ato Cooperativo			(25.216)	(25.216)
Saldos em 31/12/2022	11.690.272	538.040	201.729	12.430.041
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.505.644	25.216	(136.561)	1.394.299

**CECM DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPIRA - CREDITA**

Praça Bernardino de Campos, box 09, Centro - Itapira/SP

site: www.coopcredita.com.br**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (INDIRETO)**
(Em Reais)**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita****CNPJ nº 02.115.870/0001-31**

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras/Perdas do Exercício	1.011.358	882.135
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
IRPJ / CSLL	-	-
Participação dos Funcionários nas Sobras	(42.031)	(37.171)
Provisão para Operações de Crédito	-	-
Provisão de Juros ao Capital	(717.166)	(422.102)
Juros Ao Capital Recebidos da FNCC	-	-
Depreciações e Amortizações	18.000	13.666
	<u>270.161</u>	<u>436.528</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Relações Interdependências	-	-
Operações de Crédito	(1.585.855)	(886.706)
Outros Créditos	(11.976)	345.485
Outros Valores e Bens	-	-
Depósitos	-	-
Obrigações Sociais e Estatutárias	-	-
Obrigações Fiscais e Previdenciária	-	-
Outros Depósitos	-	-
Outras Obrigações	(24.672)	10.751
Relações Interdependências	-	-
Relações Interfinanceiras	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-
	<u>(1.622.503)</u>	<u>(530.470)</u>
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	<u>(1.352.342)</u>	<u>(93.942)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aportes de capital e Investimento (-)	(1.309)	(3.297)
Aquisição de Imobilizações de Uso (-)	(4.004)	-
Aquisições do intangível e Diferido (-)	-	-
Aplicação no Diferido	-	(27.017)
Baixa do Imobilizado de Uso	-	-
Baixa de Investimentos	-	-
Outros Ajustes	-	-
	<u>(5.313)</u>	<u>(30.314)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(5.313)</u>	<u>(30.314)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento por novos aportes de Capital	674.968	253.602
Devolução de Capital à Cooperados	-	-
Estorno de Capital	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao capital	131.430	250.585
Destinação de Sobras Exercício Anterior	(338.290)	(523.644)
Juros ao capital	699.245	414.029
FATES Sobras Exercício	(25.216)	(42.286)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	-	-
Subscrição do Juros ao Capital	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-
	<u>1.142.137</u>	<u>352.286</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>1.142.137</u>	<u>352.286</u>
No início do período	1.780.670	1.552.640
No fim do período	1.565.152	1.780.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 e 31/12/2021

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 30/05/1997. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da Lei Complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações financeiras foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em sua reunião datada de 29 de março de 2023.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Adicionalmente, na elaboração das demonstrações financeiras foram consideradas as alterações promovidas pelo Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818 de 29/5/2020, Resolução BCB nº 2 de 12/8/2020, as quais apresentam os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, estando esta Cooperativa em conformidade com as normas mencionadas.

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação que foi elaborado pela Cooperativa:

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

2022 - Plano de Implementação: Atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, elaboração do plano de implementação e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações dos responsáveis.

2023 - Concessão de Crédito, Análise de Impacto e Provisões de Crédito: Estudos e análise dos impactos nos resultados decorrentes das possíveis mudanças quanto aos critérios de avaliação e requisitos necessários para concessão de crédito. Definição dos critérios a serem utilizados pela Cooperativa para constituir as provisões conforme a resolução. Busca de instituições que disponibilizem treinamentos específicos sobre o tema para capacitação dos colaboradores e dirigentes. Revisão de normativos internos.

2023/2024 - Sistema Operacional - Syscoop32: Desenvolvimento sistêmico da nova funcionalidade denominada monitor de crédito que analisará automaticamente o risco do cooperado no mercado utilizando-se de birôs de crédito. Implementação da nova matriz de risco no sistema.

2024 - Testes e Homologações: Testes das alterações sistêmicas realizadas - implantação do monitor de crédito, conferência da nova matriz de risco no Syscoop32. Validação das adequações realizadas nos normativos internos.

2025 - Aplicabilidade do normativo: Adoção efetiva do normativo a partir de 1º de janeiro de 2025.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

e) Investimentos

Representados substancialmente por ações do BANCOOB, participação na FNCC avaliadas pelo método de custo de aquisição.

f) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, equipamentos e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por direito.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2022.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	201.406	79.750
Titulos e valores mobiliários	1.363.746	1.700.920
	1.565.152	1.780.670

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo	Financiamento	Total em	Total da Provisão em	Total em	Total da Provisão em
			31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
AA		Normal	-	-	-	-
A	0,5%	Normal	9.576.937	-	8.449.400	(42.247)
A	0,5%	Vencidas	-	-	-	-
B	1%	Normal	1.357.513	-	856.700	(8.567)
B	1%	Vencidas	-	-	-	-
C	3%	Normal	292.316	-	344.331	(10.330)
C	3%	Vencidas	17.752	-	-	-
D	10%	Normal	-	-	-	-
D	10%	Vencidas	303	-	1.882	(188)
E	30%	Normal	-	-	-	-
E	30%	Vencidas	13.121	-	-	-
F	50%	Normal	-	-	-	-
F	50%	Vencidas	-	-	12.756	(6.378)
G	70%	Normal	-	-	-	-
G	70%	Vencidas	-	-	-	-
H	100%	Normal	-	-	-	-
H	100%	Vencidas	5.251	-	6.658	(6.658)
Total Normal			11.226.766	(70.229)	9.657.089	(67.802)
Total Vencido			36.427	(9.750)	14.638	(6.566)
Total Geral			11.263.193	(79.979)	9.671.727	(74.368)
Provisões (-)				(79.979)	(74.368)	
Total Líquido			11.263.193		9.597.359	(74.368)

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2022
Empréstimos	805.314	2.032.623	8.425.256	11.263.193
Total	805.314	2.032.623	8.425.256	11.263.193

(Valores expressos em reais – R\$)

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

Setor	31/12/2022			31/12/2021	
		Empréstimo		Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas		11.263.193		11.263.193	9.671.727
Total		11.263.193		11.263.193	9.671.727

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	(74.368)	(65.097)
Provisão no período	(5.611)	(13.174)
Reversão de provisão	-	3.903
Total	(79.979)	(74.368)

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	84.248	0,75%	94.910	98,00%
10 maiores devedores	701.511	6,23%	693.733	7,17%
50 maiores devedores	2.519.322	22,37%	2.368.047	24,47%

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	52.628	66.201
Valor das operações transferidas no período	12.510	-
Valor das operações recuperadas no período	(667)	(14.233)
Valor das operações baixadas no período	-	660
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	-
Total	64.471	52.628

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2022			31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Devedores Diversos	135.601	-	135.601	123.626	
Outros Créditos a Receber	-	-	-	-	
Devedores Diversos - Adiantamento de férias	-	-	-	-	
Provisão de créditos a receber	-	-	-	-	
Total	135.601	-	135.601	123.626	

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Em devedores Diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Devedores Diversos	31/12/2022			31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Repasse da folha de pagamento 12/2022	134.646	-	134.646	115.901	
Devedores Diversos - Adiantamento de 13º salário	-	-	-	-	
Devedores Diversos - Adiantamento de férias	-	-	-	-	
Seguros a receber	955	-	955	7.725	
Total	135.601	-	135.601	123.626	

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 07 – PERMANENTE**a) Investimentos**

O saldo é representado por ações do BANCOOB, participação na CECRESP CORRETORA DE SEGUROS e FNCC conforme demonstrado abaixo:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	8.974	8.974
Outros (FNCC e Cecresp Corretora)	13.259	11.950
Total	22.233	20.924

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2022			31/12/2021		Taxas anuais de depreciação %
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido		
Edificações	-	-	-	-		4%
Instalações	-	-	-	-		10%
Móveis e equipamentos de uso	21.575	(14.389)	7.186	6.833		10%
Sistema de comunicação	900	(765)	135	315		10%
Sistema de processamento de dados	39.611	(27.300)	12.311	18.189		10%
Intangível	41.456	(23.319)	18.137	26.429		20%
Sistema de segurança	-	-	-	-		10%
Total	103.542	(65.773)	37.769	51.766		

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	232.494	288.757
Cotas de capital a pagar (b)	174.296	166.716
Total	406.790	455.473

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e, no mínimo, de 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) As Cotas de Capital a pagar para ex-cooperados.

NOTA 9 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIARIAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	966	4.620
Impostos e contribuições a recolher	20.412	13.853
Total	21.378	18.473

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - Diversas	31/12/2022			31/12/2021
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Prov. Pagamentos a Efetuar	85.761	-	85.761	64.655
Credores Diversos Ex-associados	-	-	-	-
Total	85.761	-	85.761	64.655

As operações acima são classificadas no curto prazo

NOTA 11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, operações de crédito, depósitos a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital Social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	11.690.272	10.184.628

(Valores expressos em reais – R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Total de associados	1.832	1.714

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de no mínimo de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades no montante de R\$ 538.040.

(c) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobras /Lucro Líquido do exercício	252.161	422.862
Destinações estatutárias		
Reserva legal (10%)	(25.216)	(42.286)
Fundo de assistência técnica, educacional e social (10%)	(25.216)	(42.286)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	-	-
Total	201.729	338.290

(Valores expressos em reais – R\$)

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

NOTA 13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avalistas.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2022:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	% em relação à carteira total 06/2022
Montante das operações ativas	70.216	202.046	0,62
Montante das operações passivas	-	-	-

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Detalhamento das Operações Ativas:

Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
--	------------------------------	---	---

Empréstimo	70.216	351	0,62
------------	--------	-----	------

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de empréstimos à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pela Diretoria	% em relação à carteira total - movimentação no exercício 2022
Empréstimo	1,10%, 1,30%	0,89%, 1,20%, 1,30%, 1,40%, 1,50%	0,62

NOTA 14 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem sobre o patrimônio de referência requerido de R\$ 12.411.903 em 31/12/2022

NOTA 15 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Até o fechamento do semestre, em consultas realizadas, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira - Credita existe processos judiciais em que figura como pólo passivo.

NOTA 16 – JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa ao final do exercício, remunera o capital de seus associados. Os critérios obedeceram a Lei complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial e de Custódia - Selic. A referida despesa foi demonstrada na Demonstração de Sobras e Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

NOTA 17 – GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão de riscos e de capital é realizada pela Diretoria Executiva da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários Públicos Municipais de Itapira, abrangendo os riscos de crédito, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e gerenciamento de capital. As políticas, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos são aprovadas pela Diretoria Executiva e são compatíveis com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcionais à dimensão da exposição aos riscos da Instituição. Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site da Instituição o Relatório Anual de Gerenciamento Contínuo de Riscos referente ao exercício de 2022.

NOTA 18 – EVENTOS SUBSEQUENTES- EFEITO IMPACTO COVID 19

Em função da orientação do Ofício Circular/CVM/SNS/SEP número 02/2020 emitido em 10 de março de 2020, informamos que esta entidade considerou os possíveis impactos em seus negócios decorrentes desta situação da epidemia do COVID 19 e não identificou possíveis efeitos econômicos para registro contábil em suas demonstrações contábeis na data base de 31/12/2022.

NOTA 19 – OUTROS ASSUNTOS

Foi publicado, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Itapira-SP, 29/03/2023

Nicodemus de Arimatéia Pereira
Diretor Presidente

Luciano Donisete Couto
Diretor Administrativo

Raquel Cássia de Campos Cardoso
Diretora Operacional

Humberto Gava
809.731.598-04
CRC: TC 1SP141051/O-5